

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.634 - BA (2019/0186450-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : GAN SALVADOR INCORPORADORA LTDA - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**RECORRENTE** : GAN EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**RECORRENTE** : AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**RECORRIDO** : FABIO TEIXEIRA DE ALMEIDA  
**ADVOGADOS** : HUMBERTO AUGUSTO PINTO NETO - BA017343  
MAURÍCIO RIBEIRO DE CASTRO - BA014031  
FABRICIA SILVA DE CERQUEIRA - BA037270

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/73. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE ADMITIU O RECURSO DE APELAÇÃO. EXTEMPORANEIDADE. INOCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO POSTERIOR APÓS O JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, JÁ QUE FORAM REJEITADOS. SÚMULA 418/STJ CANCELADA (SÚMULA 579/STJ). DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NOTÓRIO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por GAN SALVADOR INCORPORADORA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRAS em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia assim ementado:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, COM FULCRO NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. ALEGAÇÃO DE QUE INEXISTE NA LEI PROCESSUAL A OBRIGATORIEDADE DE RETIFICAÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO APÓS O JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MANUTENÇÃO DO DECISUM EIS QUE EM CONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.*

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No recurso especial, as recorrentes apontam dissídio jurisprudencial, defendendo a desnecessidade de ratificação posterior da apelação, pois os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados.

Sem contrarrazões.

Em parecer, o Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece prosperar.

Preliminarmente, registro que o dissídio jurisprudencial apontado nas razões recursais é notório, admitindo o Superior Tribunal de Justiça, nesses casos, a mitigação dos requisitos exigidos para a interposição do recurso pela alínea *c* do permissivo constitucional.

Quanto ao mérito, com relação à extemporaneidade da apelação, em razão da ausência de ratificação após o julgamento dos embargos de declaração pelo juízo de 1º grau, deve ser observado o entendimento firmado pela Corte Especial quando do julgamento da Questão de Ordem suscitada nos autos do REsp 1.129.215/DF, oportunidade na qual se conferiu nova exegese à Súmula 418 do STJ, prevendo "*o ônus da ratificação do recurso interposto na pendência de embargos declaratórios apenas quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior*" (Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 16/09/2015, DJe 03/11/2015).

Assim, merece reparos o acórdão recorrido, pois, consoante os autos, o juízo de 1º grau **rejeitou** os embargos de declaração opostos pelo ora recorrido contra a sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos (e-STJ Fl. 571).

Ademais, não há qualquer óbice à aplicação retroativa do novo alcance conferido ao enunciado 418 da Súmula deste Sodalício (atual Súmula 579), uma vez que se está diante da consolidação de interpretação judicial, inclusive do Supremo Tribunal Federal, cuja observância é esperada por parte de todos

# *Superior Tribunal de Justiça*

os órgãos do Poder Judiciário.

Por outro lado, como bem ressaltado pelo Ministro Luis Felipe Salomão nos autos do REsp 1.129.215/DF, "*considerando-se a interpretação teleológica e a hermenêutica processual, sempre em busca de conferir concretude aos princípios da justiça e do bem comum, é mais razoável e consentâneo com os ditames atuais o entendimento que busca privilegiar o mérito do recurso, o acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV), dando prevalência à solução do direito material em litígio, atendendo a melhor dogmática na apreciação dos requisitos de admissibilidade recursais, afastando o formalismo interpretativo para conferir efetividade aos princípios constitucionais responsáveis pelos valores mais caros à sociedade*".

**Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a intempestividade da apelação interposta pelas recorrentes.**

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa.

Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator